"NÃO É ERRO, É A MINHA FALA": PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA UMA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA ANTIRRACISTA NO ENSINO MÉDIO

Luciara Pereira da Silva Furtuozo
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0005-4689-6548
Endereço eletrônico: luciarafurtuozo0@gmail.com

Palavras-chave: Educação linguística antirracista; racismo linguístico; variação linguística; Ensino Médio; Linguística Aplicada.

INTRODUÇÃO

Esta investigação, em curso, analisa as interações entre variação linguística, racismo linguístico e práticas pedagógicas no Ensino Médio de uma escola pública estadual situada em Jequié-BA. A partir do reconhecimento da pluralidade linguística presente na sociedade brasileira, O trabalho problematiza a hegemonia da norma-padrão como instrumento de legitimação de uma concepção homogênea de língua, que privilegia determinados usos linguísticos em detrimento da diversidade linguística. Nesse processo, variedades associadas à população negra e a grupos historicamente subordinados são frequentemente desvalorizadas e excluídas de espaços de prestígio social.

O estudo pretende compreender e problematizar de que modo práticas pedagógicas alicerçadas na Linguística Aplicada, na Sociolinguística Crítica e na educação linguística antirracista podem favorecer a valorização das variedades linguísticas afro-brasileiras e combater o preconceito linguístico no âmbito escolar. O objetivo principal é investigar as percepções de alunos e docentes acerca de noções como variação linguística, norma-padrão, erro gramatical e preconceito linguístico, além de desenvolver propostas didáticas que estimulem reflexões críticas sobre as interações entre língua, identidade, cultura e poder.

A relevância social desta pesquisa reside na defesa de uma educação linguística que reconheça os estudantes como sujeitos históricos, culturais e linguísticos, valorizando suas formas de expressão e seus repertórios socioculturais. Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades raciais e sociais, a língua não pode ser compreendida apenas como

um conjunto de regras gramaticais, mas como um espaço de construção de identidades, relações de poder e disputas de legitimidade. Nesse sentido, a proposta busca problematizar o racismo linguístico presente no ambiente escolar e contribuir para a construção de práticas pedagógicas que promovam o respeito à diversidade linguística e cultural.

O estudo articula contribuições da Linguística Aplicada, da Sociolinguística Crítica, dos Estudos Decoloniais e da Educação para as Relações Étnico-Raciais. A partir de Bagno (2015) e Bortoni-Ricardo (2004), compreende-se a variação linguística como fenômeno inerente às línguas e questiona-se a concepção de erro associada às variedades de menor prestígio social. As reflexões de Lélia Gonzalez (1984) e Gabriel Nascimento (2019) permitem compreender o racismo linguístico como uma manifestação do racismo estrutural, evidenciando a influência africana na constituição do português brasileiro e denunciando os processos de deslegitimação das formas de fala associadas à população negra.

A pesquisa também dialoga com os estudos decoloniais de Quijano (2005) e Walsh (2013), que problematizam a colonialidade do poder e dos saberes presentes nas instituições educacionais, defendendo a valorização de conhecimentos historicamente silenciados. Além disso, as contribuições de Nilma Lino Gomes (2017) fundamentam a compreensão da educação antirracista como prática de emancipação e reconhecimento das identidades negras. Dessa forma, o estudo busca compreender como práticas pedagógicas pautadas na valorização da diversidade linguística podem contribuir para o enfrentamento do preconceito linguístico e para a construção de uma educação mais democrática, crítica e socialmente referenciada.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e fundamenta-se na pesquisa-ação, buscando compreender e intervir na realidade educacional investigada. O estudo será realizado em uma turma do Ensino Médio de uma escola pública estadual de Jequié (BA), envolvendo estudantes e o(a) professor(a) de Língua Portuguesa.

Inicialmente, será realizado um diagnóstico por meio de questionários sociolinguísticos, rodas de conversa e entrevista semiestruturada com o(a) docente, visando identificar percepções sobre variação linguística, norma-padrão, erro gramatical e racismo linguístico. Em seguida, será desenvolvida uma sequência didática baseada na educação linguística antirracista e na Sociolinguística Crítica, com atividades voltadas à reflexão sobre as relações entre língua, identidade, cultura e poder.

Os dados produzidos por questionários, entrevistas, registros de campo e atividades

dos estudantes serão analisados por meio da Análise de Conteúdo, em diálogo com a Sociolinguística Crítica, os Estudos Decoloniais e a Educação para as Relações Étnico-Raciais. A análise buscará compreender as contribuições da proposta para a ampliação da consciência linguística, a valorização da diversidade linguística e o enfrentamento da discriminação linguística no contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisas na área indicam que o preconceito linguístico atua como mecanismo de manutenção das desigualdades sociais e raciais ao legitimar as variedades associadas aos grupos socialmente privilegiados. Para Bagno (2015), essa discriminação decorre da crença na existência de uma única forma correta de falar, desconsiderando a natureza heterogênea da língua e contribuindo para a marginalização de grupos historicamente vulnerabilizados. Nesse contexto, a escola pode reproduzir tais desigualdades ao privilegiar exclusivamente a norma-padrão.

Ao discutir os impactos dessa lógica no ambiente educacional, Bortoni-Ricardo (2004) ressalta que a diversidade linguística é uma característica inerente à linguagem e que muitas dificuldades enfrentadas pelos estudantes decorrem da desvalorização de suas variedades linguísticas. Assim, a escola deve promover o acesso à norma-padrão sem negar as identidades linguísticas e culturais dos alunos, reconhecendo a legitimidade de seus repertórios linguísticos.

Essa valorização da diversidade linguística também implica reconhecer a contribuição dos povos africanos para a formação do português brasileiro. Nesse sentido, Gonzalez (1984), por meio do conceito de “pretuguês”, evidencia que a língua falada no Brasil resulta de processos históricos de contato entre diferentes culturas e línguas. Contudo, muitas dessas marcas linguísticas permanecem estigmatizadas, revelando como as relações de poder influenciam a valorização ou a desvalorização de determinadas variedades.

Em diálogo com essa perspectiva, Nascimento (2019) argumenta que a desvalorização dessas variedades constitui uma manifestação do racismo estrutural. Para o autor, o racismo linguístico ocorre quando formas de linguagem associadas à população negra recebem menor prestígio social, processo que também se reflete no contexto escolar quando apenas a norma-padrão é tomada como legítima.

Ampliando essa discussão, os Estudos Decoloniais, especialmente em Quijano (2005) e Walsh (2013), questionam a centralidade dos saberes eurocêntricos e defendem práticas

pedagógicas que valorizem conhecimentos historicamente subalternizados. Nessa perspectiva, a educação linguística antirracista busca promover reflexões sobre as relações entre língua, identidade, poder e resistência, contribuindo para o enfrentamento das discriminações e para a construção de uma educação mais democrática, inclusiva e comprometida com a justiça social.

CONCLUSÕES

Embora a pesquisa ainda esteja em fase inicial, a proposta de intervenção pretende favorecer o reconhecimento das variedades linguísticas afro-brasileiras como formas legítimas de expressão, fortalecendo a identidade dos estudantes e promovendo práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social. Além disso, busca-se incentivar o desenvolvimento de práticas educativas que valorizem a diversidade linguística presente no ambiente escolar, possibilitando a construção de espaços mais inclusivos e respeitosos às diferentes trajetórias socioculturais dos educandos. Acredita-se que a construção de uma educação linguística antirracista possa colaborar para o enfrentamento do preconceito linguístico, estimulando uma visão crítica da língua e de seus usos sociais.

Ao reconhecer a linguagem como um campo atravessado por relações de poder, torna-se possível problematizar discursos discriminatórios e promover o respeito às diferentes formas de expressão. Dessa forma, a pesquisa busca contribuir tanto para o campo da Linguística Aplicada quanto para a formação de professores comprometidos com uma educação inclusiva, democrática e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico o que é, como se faz**. 56. ed. São Paulo Loyola, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo Edições 70, 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo Parábola Editorial, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte Letramento, 2019.

QUIJANO, Aníbal**.** Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber.** Buenos Aires CLACSO, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo Cortez, 2011.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales prácticas insurgentes de resistir**, (re)existir y (re)vivir. Quito Abya-Yala, 2013.